

POSIÇÃO DA UGT

Audição sobre o Futuro da Europa

A UGT saúda o debate em curso na Comissão dos Assuntos Europeus sobre o Futuro da Europa e, particularmente, sobre o futuro do Tratado Constitucional.

O Portal que agora é lançado é uma iniciativa muito importante e contribui para um melhor esclarecimento e participação dos cidadãos, matérias que devem merecer a devida prioridade.

A UGT respondeu atempadamente à consulta lançada pela Comissão dos Assuntos Europeus e as suas posições traduzem o seu empenhamento de sempre no aprofundamento do projecto europeu, em conjunto com o movimento sindical europeu e a Confederação Europeia de Sindicatos.

1. A UGT face ao Tratado Constitucional

A UGT teve sempre uma posição claramente favorável à ratificação do Tratado Constitucional.

E esta posição resulta dos grandes avanços que se verificam na área social face aos Tratados em vigor:

- a) Contêm a Carta dos Direitos Fundamentais (com direitos sociais importantes), que se torna assim juridicamente relevante e que poderá ser invocada junto ao Tribunal Europeu de Justiça. A Carta reforça e torna mais visíveis os direitos fundamentais, incluindo os direitos sociais e sindicais;
- b) Refere como objectivos da União Europeia a “economia social de mercado” e o “pleno emprego” (no Tratado de Nice refere-se a “economia de mercado aberto” e “emprego elevado”); introduz como objectivos da União, assim

como a promoção da “justiça social”, a “solidariedade entre as gerações” e “a luta contra a exclusão social e a discriminação”;

- c) Assume como valor da União a igualdade entre os sexos;
- d) Reconhece a política social como uma “competência partilhada” e não unicamente como uma “competência complementar”;
- e) Reconhece especificamente o papel dos parceiros sociais e da cimeira social tripartida e reforça o diálogo social europeu;
- f) Estabelece um fundamento jurídico para os serviços de interesse económico geral (serviços públicos);
- g) Inclui disposições relativas às políticas horizontais, à protecção dos consumidores e à integração da dimensão de género, assim como uma cláusula social;
- h) Reconhece a coordenação aberta como um instrumento de política social e industrial em que a Comissão pode propor linhas directoras, em particular nas questões ligadas ao emprego, à legislação de trabalho, às condições de trabalho, à segurança social e à política industrial;
- i) Incorpora novas possibilidades de coordenação económica no interior da zona euro;
- j) Não exige a unanimidade para a segurança social dos trabalhadores migrantes;
- k) Institui um direito de iniciativa para os cidadãos que, com um milhão de assinaturas em vários Estados membros, podem pedir à Comissão Europeia que apresente uma proposta sobre matérias em que os cidadãos consideram que há necessidade de legislação.

Mas, não é só na área social que se verificam avanços, particularmente na Parte I, a mais inovadora:

- a) São reforçados objectivos, princípios e valores importantes (tais como a solidariedade, a igualdade, a não discriminação, a igualdade entre homens e mulheres, etc);
- b) Simplifica claramente os textos dos Tratados (apesar da fraca revisão da parte III);

- c) Reforça a participação do parlamento Europeu - 95% da futura legislação será aprovada por co-decisão (entre o Conselho de Ministros e o Parlamento num plano de igualdade);
- d) São concedidos novos poderes ao Parlamento Europeu em matérias de legislação e orçamento anual da União Europeia;
- e) Prevê a aquisição de personalidade jurídica única pela União Europeia;
- f) Estabelece a eleição de um Presidente do Conselho Europeu (por 2 anos e meio), o que tornará a função mais visível e reforçará o seu poder de coordenação;
- g) Prevê a substituição de presidências nacionais de 6 meses por presidências colectivas de 18 meses, o que potenciará maior coerência nas actividades;
- h) Estabelece a criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, de modo a que a União Europeia possa falar a uma só voz e ter um papel mais visível sobre a cena internacional;
- i) Estabelece um novo sistema de voto "com dupla maioria" (dos Estados e da população) (a Convenção propôs 50 e 60%, respectivamente, mas o texto aprovado fixa 55 e 65%, com um grande numero de disposições complementares);
- j) Reduz as capacidades de bloqueamento pela abolição do direito de veto nacional em certos domínios (por ex., os fundos estruturais, o asilo e a imigração);
- k) Introduce uma bateria simplificada de instrumentos legais: as leis europeias e as leis quadro europeias substituirão as directivas e os regulamentos, etc;
- l) Inscreve no texto os símbolos europeus: bandeira, hino à alegria, a moeda "Unidos na diversidade" e o euro;

É evidente que não é um Tratado perfeito; não só a parte III, das Políticas, não foi devidamente revista e simplificada, como em termos de políticas sociais e de governação europeia, consideramos que é possível e desejável ir mais longe, construindo as bases de aprofundamento da Europa Social e de melhoria de coordenação entre as políticas económicas e sociais, visando a melhoria de competitividade e o pleno emprego e reforçando o papel da União Europeia na construção de uma globalização social diferente.

A UGT defendeu e continua a defender a necessidade de um Referendo para ratificar o futuro Tratado, reforçando a participação dos cidadãos numa decisão que lhes diz directamente respeito.

2. O actual impasse na ratificação e a posição do nosso País

Ratificaram o actual Tratado quinze Estados membros e dois disseram não (França e Holanda).

Entre os Países que ainda não se pronunciaram está o nosso País, mas também a Dinamarca, a Suécia, o Reino Unido e a Polónia.

A reabertura do processo de ratificação e a realização de novos referendos na França e na Holanda exige uma nova resposta em termos de Tratado Constitucional, que todos têm que ratificar.

A revisão do actual Tratado abriria uma autêntica “Caixa de Pandora”, de resultados imprevisíveis e obrigaria a uma nova ratificação nos 15 Países que já o fizeram, alguns dos quais por referendo.

Por isso a UGT, na linha da Confederação Europeia de Sindicatos, apoia a Proposta da Alemanha, de um Protocolo Social que aprofunde a construção europeia na área social, através de uma cooperação reforçada entre os Países que o decidirem subscrever.

Tal Protocolo, poderia ser uma continuidade ao Protocolo Social negociado entre os Parceiros Sociais em 1991 e que foi integrado como anexo aos Tratados, subscrito por onze Estados membros na então UE a doze.

Como então, também este novo Protocolo Social poderia ser discutido e acordado no quadro do Diálogo Social Europeu, entre os parceiros sociais que o integram – CES, UNICE e CEEP.

Esperamos que o debate no Conselho Europeu de Junho, abra perspectivas de procura activa de uma solução para o actual impasse, a que as Presidências Alemã e Portuguesa de 2007 deverão dar o devido avanço.

3. O Futuro da Europa

O futuro da Europa não passa apenas pela discussão do Tratado Constitucional, embora este tenha um papel fundamental na resposta institucional aos problemas do Alargamento.

É indispensável que os Órgãos Europeus – Comissão, Parlamento e Conselho – sejam capazes de promover o aprofundamento da construção europeia, dando resposta aos principais problemas com que os cidadãos se confrontam.

E na primeira linha destes problemas está o desemprego e a necessidade do Crescimento e do Emprego, o que exige dar uma maior dimensão europeia a questões como a formação, o emprego, a competitividade, a política industrial e de inovação e a política comercial externa e a situação especial das PME's.

Tal deve ligar-se a uma política europeia de promoção da igualdade de oportunidades, particularmente entre mulheres e homens e de luta contra todas as discriminações e contra a precaridade.

E tal tem que exigir dimensão social noutras políticas, como é o caso da discussão em curso sobre a Directiva dos Serviços e a revisão da Directiva sobre a Organização do Tempo de Trabalho.

Exige-se que a Comissão Europeia seja capaz de promover uma Política Europeia de Energia e uma Política Europeia de Imigração.

O próximo Quadro Comunitário de Apoio e a Discussão do Quadro de Referência Estratégia Nacional assumem aqui um papel decisivo.

A construção Europeia exige do nosso País uma resposta clara e a vontade de se integrar no “pelotão da frente” daqueles que estão empenhados no progresso económico e social.

A Europa tem que ser cada vez mais um espaço de cidadania, o que torna indispensável o reforço da participação e que os cidadãos se revejam nas políticas europeias e na capacidade destas darem resposta à melhoria das condições de vida e de trabalho.

Lisboa, 2 de Maio de 2006